

Anais da Assembléia

CURITIBA, 11 E 12 DE SETEMBRO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quilise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Lasso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agilides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quilise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Lasso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Lasso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel —

Quilise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 15 de abril de 1974.

4.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 151.^a Sessão (Extraordinária) Realizada em 11 de Setembro de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Borsari Neto.

As catorze horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — David Federmann — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quieise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes (34); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Jorge Sato — Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Basílio Zanusso — Fuad Nacil — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 34 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:
DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 148-74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 208-73, de autoria do Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal no valor correspondente a 1 (hum) salário mínimo regional, à viúva Vanil Cardoso Caparroz. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.
— Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto. Mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 12, quinta-feira, às 9,30 horas, com a

ORDEM DO DIA,
designada anteriormente.
Levanta-se a Sessão.

4.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 152.^a Sessão Ordinária Realizada em 11 de Setembro de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — David Federmann — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quieise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Jorge Sato — Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Basílio Zanusso — Fuad Nacil — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Do Senhor Governador do Estado, sob os nrs. 139, 200, 205, 206, 207, 208, 211, 212, 213 e 214-74, com os quais comunica haver SANCIONADO os Projetos de Lei nrs.:

70-74: Criando de Mensagem Governamental sob o n.º 29-74, que dispõe sobre a criação de Cargos na Tabela II, da parte permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, estabelecido pela Lei n.º 6.402, de 22-5-73, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.591. — Agradeça-se.

277-73: Do Senhor Deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública a Associação Metodista de Assistência Social — AMAS, com sede e foro na cidade de Morretes, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.594. — Agradeça-se.

133-74: Orlúndo de Mensagem Governamental sob o n.º 35-74, que dispõe sobre o pagamento de Gratificação de Produtividade que trata a Lei n.º 6.569, de 25-6-74, aos ocupantes de Cargos de Carreira que especifica, dos Quadros de Pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.593. — Agradeça-se.

263-73: Do Senhor Deputado Arthur de Souza, que declara de utilidade pública o Clube da Soda "Hélio Brandão", desta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.595. — Agradeça-se.

257-73: Do Senhor Deputado João Mansur, que declara de utilidade pública a Fundação São José, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.596. — Agradeça-se.

239-73: Do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública o Educandário Nossa Senhora do Carmo, com sede e foro na cidade de Paranavai, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.597. — Agradeça-se.

01-74: Orlúndo de Mensagem Governamental sob o n.º 112-73, que objetiva doar à Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacareizinho, o imóvel de propriedade do Estado, que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.598. — Agradeça-se.

175-73: Do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Francisco Beltrão, os Lotes nrs. 01 e 06, da Quadra n.º 176 e o Lote n.º 4 da Quadra n.º 181, localizados na Sede do referido Município e pertencente à Polícia Militar do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.599. — Agradeça-se.

292-73: Do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo doar através da Secretaria de Agricultura, dois tratores marca Internacional, modelo e série que especifica, à Cooperativa Agrícola Irati Ltda., com sede no referido Município, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.600. — Agradeça-se.

236-73: Do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Alto Paraná, a data de terreno n.º 9, da Quadra n.º 368, com área que especifica, situado no referido Município, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.602. — Agradeça-se.

Do Senhor Governador do Estado, sob os nrs. 202, 204, 203 e 215-74, com os quais comunica haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei nrs.:

275-73: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cecília Back Selhorst. — A C.C.J.

255-73: Do Senhor Deputado Mauricio Fruet, que visa estabelecer como de utilidade pública o Grêmio Estudantil Técnico Comercial — GETEC, de Rio Negro, com sede na cidade de Rio Negro. — A C.C.J.

233-73: Dos Senhores Deputados Jorge Sato e Paulo Poli, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a conservação e melhoria da estrada que liga a sede do Município de Itambé à Rodovia PR-13-Campo Mourão-Maringá. — A C.C.J.

15-74: Do Senhor Deputado Borsari Neto, que visa incluir a série de Classes de Técnico de Administração Tributária, na Tabela n.º 1 da Lei n.º 6.212, de 9-8-71, retroagindo os consequentes efeitos financeiros à data da vigência da referida Lei. — A C.C.J.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, dispensa de publicação da Redação Final para os Projetos de Lei nrs. 74, 86, 109 e 110-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Arlindo Peley, ocorrido em data de ontem na cidade de Goleão, neste Estado.

O Senhor Arlindo Peley era fazendeiro na região de Rancho Alegre, na-quele Município.

Homem simples e do trabalho, sempre se caracterizou como pessoa boníssima, pelo seu espírito humano e cristão para com seus trabalhadores.

Bom chefe de família, deixou um exemplo para seus familiares e amigos, que pranteiam a dura separação.

Assim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência à família enlutada, da decisão da Casa, prestando-lhe esta homenagem.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1974.

(a) — Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, na forma regimental, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem em nossa Capital do Desembargador Adhemar Sigwalt, de tradicional família curitibana.

O Doutor Sigwalt foi um grande e denodado idealista do direito. Juiz íntegro, capaz, honrado e digno, muito contribuiu para a boa aplicação da Justiça. Suas sentenças sábias e humanas sempre caracterizaram o seu espírito de austeridade e bondade.

Como chefe de família, foi bom esposo e pai extremado.

Como cidadão e amigo, sempre soube viver dentro da humildade, honradez e honestidade que caracterizam os grandes.

Ao desaparecer, deixou um rastro luminoso e um exemplo digno a sua família e pósteros.

Assim, como uma homenagem ao mesmo, requeiro uma vez aprovado o presente para registro nos Anais Históricos do Paraná, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1974.

(a) — Igo Losso

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 129-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Matelândia, o Distrito Administrativo de Diamante D'Oeste.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1974.

(a) — Arizone de Araújo

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo que com o presente Projeto de Lei pretendemos criar, possui todos requisitos para tal e é porisso uma velha aspiração de seus habitantes.

PROJETO DE LEI N.º 141-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Formosa D'Oeste, o Distrito Administrativo de Iracema.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1974.

(a) — Arizone de Araújo

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo que com o presente Projeto de Lei pretendemos criar, possui todos requisitos para tal e é porisso uma velha aspiração de seus habitantes.

PROJETO DE LEI N.º 142-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Sociedade Civil Golden Gross, Assistência Internacional de Saúde, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sa'n das Sessões, em 4 de setembro de 1974.

(a) — Borsari Neto

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com o presente Projeto de Lei que seja declarada de Utilidade Pública a Sociedade Civil Golden Gross, Assistência Internacional de Saúde, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, e com escritório Regional em Curitiba, (sit. à rua Marechal Deodoro, 11.º andar — Edifício Atalaia), por suas altas qualidades como entidade e com o testemunho de muitos que recebem benefícios que ela se propõe.

Conforme documentação anexa, que prova o seu funcionamento altamente filantrópico, a referida entidade torna-se credora da declaração de Utilidade Pública, que propomos.

Resaltamos, ainda, que o Escritório Regional da Sociedade, em Curitiba, conta com a eficiente cooperação do Diretor Médico Doutor Paulo Bittencourt e do Diretor Administrativo Doutor Adalberto Fritsch.

PROJETO DE LEI N.º 143-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criado no Município de Céu Azul, o Distrito Administrativo de Ramilândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sa'n das Sessões, em 11 de setembro de 1974.

(a) — Arizone Araújo

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo que com o presente Projeto de Lei pretendemos criar, possui todos os requisitos para tal e é porisso uma velha aspiração de seus habitantes.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje aqui me encontro na Tribuna para prestar homenagem a uma das classes de profissionais que tantos e inegáveis serviços tem prestado a toda comunidade, mas que nem sempre recebe do povo o reconhecimento que deveria receber.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aos médicos veterinários. No dia nove do corrente, segunda-feira, comemorou-se em todo o Brasil o Dia do Veterinário que foi instituído há 48 anos atrás quando era Ministro da Agricultura o eminente General Juares Távora.

O médico veterinário desempenha no seio da comunidade um papel de grande preponderância. Espalhados por todos os recantos do País, dão eles um toque todo especial, o primeiro plano ao sentido da vivência do homem com os animais e, especialmente, com animais domésticos. No que diz respeito à prevenção das doenças transmissíveis, que se assum não fora, o trabalho incessante deste nobre classe, por certo, danos irreparáveis seriam causados no seio da comunidade. Bastaria apenas analisar uma destas enfermidades, que é a raiva. Todos nós sabemos qual a consequência de uma pessoa que seja atacada por um animal raivoso. E sabemos qual a consequência da vida deste ser humano que fatalmente morrerá se não tomar as devidas precauções, se não tomar as vacinas que se fazem necessárias.

O segundo aspecto, é o da prevenção daquelas enfermidades próprias dos animais, usados como alimento para o ser humano. Não fossem estes dois aspectos, nós poderíamos enumerar um terceiro, representado pela atuação nas pesquisas e descobertas de medicamentos que se fazem necessários à consecução destes dois objetivos. O Ilustre Presidente do Conselho em nosso Estado, Conselho Regional de Médicos Veterinários, Dr. Daniel Van Der Broock Filho, afirma que "há uma carência de 12.000 médicos veterinários. Cerca de 7 mil profissionais encontram-se trabalhando no meu País, dos quais 530 militantes no Paraná, onde há um dos maiores índices de necessidade destes profissionais, médicos veterinários".

Assim, a data não poderia passar despercebida por esta Casa, que representa a opinião de todo o povo paranaense.

Queremos, nesta oportunidade, reconhecendo o grande papel que desempenham os médicos veterinários no seio da população não só paranaense, brasileira, mas do mundo inteiro, apresentar os nossos votos de congratulações desejando que esta nobre classe continue a servir com denodo e com zelo, o ideal que ele tem proposto.

E assim, nem sempre eles tem merecido um reconhecimento, uma gratidão do povo. Queremos, na oportunidade, cumprimentando-os, apresentar os nossos votos de congratulações através de um Requerimento que será apresentado para apreciação da Casa e, uma vez aprovado, pretendemos que esta decisão seja comunicada ao órgão de classe, para que se tome conhecimento de que a Assembléia Legislativa reconhece o grande trabalho que realiza a favor da Comunidade.

Então, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos. Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente e no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Sóbre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado, irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161-73, de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 66-73, que abre crédito especial no valor de Cr\$

300.000 00 (duzentos mil cruzeiros), para despesas com a instalação do Município de Francisco Alves. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que concede Título de Cidadão Honorário, ao Senhor Paulo Pinheiro Schmidt. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor David Antônio da Silva Carneiro. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 160-74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Coordenação de Planejamento e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP, objetivando contratação de Técnicos para exercerem atividade que especifica, junto aos Municípios Associados. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 235-73, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que denomina "Antônio Pereira de Carvalho", a Escola Técnica de Comércio do Município de Alto Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 264-73, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense — AMUNPAR", com sede e foro na cidade de Paranavai. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 264-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE PARANAENSE — AMUNPAR", com sede na cidade de Paranavai, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1973.

(a) — João Mansur

JUSTIFICATIVA: A Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública pelo presente Projeto de Lei, é uma entidade que congrega todos os Municípios do Noroeste Paranaense, tendo como sede a cidade de Paranavai.

Fundada em 04 de julho de 1971, inscrita no C.E.C. sob n.º 75.479.113/001, tendo como finalidade congregar os Municípios acima especificados na defesa dos seus interesses e reivindicações, presta relevantes serviços a toda região mencionada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 264-73

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente

Requerimento que o presente Projeto seja convertido em diligência, a fim de que a entidade objeto deste plano de lei comprove os seguintes requisitos legais:

- 1) — que já adquiriu personalidade jurídica;
- 2) — que está em efetivo funcionamento há mais de 3 (três) anos;
- 3) — que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Paulo Camargo — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 264-73

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado João Mansur, o presente Projeto de Lei visa declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE PARANAENSE — AMUNPAR", com sede na cidade de Paranavai, neste Estado.

A Proposição enfocada já foi motivo de exame por parte desta Comissão, quando este relator requereu que o Projeto fosse convertido em diligência, a fim de que a entidade objeto deste plano de Lei, comprovasse os requisitos da legislação pertinente à matéria.

Cumprida esta solicitação, documentos em anexo, constata-se facilmente que a entidade em apreço é merecedora da pretendida declaração de Utilidade Pública.

Faço as considerações acima expendidas, opino, sem qualquer restrição, pelo ACOLHIMENTO do Projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Paulo Camargo — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 264-73

1 — Com o presente plano de lei, visa o Ilustre Deputado João Mansur, declarar de utilidade pública a Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense — AMUNPAR —, com sede e foro na cidade de Paranavai.

2 — Sobre a matéria já opinou favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não há o que se opor, razão pela qual opinamos favorável à sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1974.

Ovidio Franzoni — Presidente

Antonio Lopes Junior — Relator

(As. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 138-74, que aprova Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, visando prorrogar por 120 (cento e vinte) dias o prazo da Cláusula 6.a do Convênio celebrado em 13-11-72, entre as mesmas partes. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 30-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R e s o l v e :

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo celebrado em 31 de outubro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, visando prorrogar por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 13 de novembro de 1973, o prazo a que alude a Cláusula Sexta do Convênio celebrado em 13 de novembro de 1972, entre as mesmas Partes.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Paulo Camargo — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

A PROPOSIÇÃO N.º 108-74 — Mensagem Governamental 21-74

1 — A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 21-74, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópia autêntica de Termo Aditivo celebrado em 31 de outubro de 1973, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o INCRA, visando prorrogar por 120 dias, a partir de 13 de novembro de 1973, o prazo a que alude a Cláusula Sexta do Convênio celebrado em 13 de novembro de 1972, entre as mesmas Partes.

2 — Com a iniciativa de propor a medida antes referida, está o Senhor Chefe do Poder Executivo, exercitando competência que lhe é deferida pela Constituição do Estado — art. 47, inciso IX — e por força do art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe a este Poder Legislativo referendar o aludido Termo Aditivo, o que fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Paulo Camargo — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

MENSAGEM

21-74

Curitiba, 26 de abril de 1974

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Termo Aditivo celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura e o INCRA, em 31 de outubro de 1973, visando prorrogar por 120 dias a partir de 13 de novembro de 1973, o prazo a que alude a Cláusula Sexta do Convênio celebrado entre as mesmas Partes, em 13 de novembro de 1972.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES
Governador do Estado

Termo Aditivo ao Convênio de Cooperativismo celebrado entre o INCRA e o Governo do Paraná.

Act 31 dias do mês de outubro de 1973 na sede do INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia criada pelo Decreto Lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970, vinculada ao MA por seu Presidente Doutor WALTER RAMOS DA COSTA PORTO, na forma do artigo 25 do Regulamento Geral aprovado pelo Decreto n.º 68.153 de 1.º de fevereiro de 1971, e o Governo do Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, Dr. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS JUNIOR, perante as testemunhas, deliberaram assinar o presente Termo Aditivo visando prorrogar o prazo estabelecido para duração do Convênio, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias a partir de 13 de novembro de 1973, o prazo a que alude a Cláusula Sexta do Convênio celebrado para promoção, assistência e fiscalização do cooperativismo no Estado do Paraná, data de publicação no D.O. da União, em 13 de novembro de 1972, e de início de sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA — Permanecem em vigor todas as demais cláusulas e condições do Termo de Convênio a que se refere este Aditivo, que o integra para os demais e legais efeitos.

CLÁUSULA TERCEIRA — As despesas para execução do presente Termo Aditivo correrão pela Unidade Executora 4112 0210 1032 — Programa 02 — Subprograma 10 — Projeto 1032 do Elemento de Despesa 3.1.4.0 e Subelemento 3.1.4.17, do Governo do Estado do Paraná.

E, para clareza o validade do que ficou convencionado, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 10 (dez) vias, de igual teor que vai assinado pelas partes convenientes diante das testemunhas instrumentais.

a) WALTER RAMOS DA COSTA PORTO

Presidente do INCRA — MA

a) JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS JUNIOR

Secretário da Agricultura/Pr.

Testemunhas:

aa) Sílvio G. de Carvalho Lima

Ennio Marques Ferreira

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47-74, de autoria do Dep. Antônio F. F. da Costa, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Operária Beneficente Lindóia, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J.

PROJETO DE LEI N.º 47-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE OPERÁRIA BENEFICENTE LINDÓIA", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1974.

(a) — Antônio Costa

JUSTIFICAÇÃO:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública com este Projeto, atende todos os requisitos exigidos pela lei pertinente e efetivamente presta inestimáveis serviços à comunidade curitibana.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 47-74

1 — O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Antonio Francisco Ferreira da Costa Filho, visa declarar de utilidade pública a Sociedade Operária Beneficente Lindóia, com sede e foro nesta Capital.

2 — Quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional que ora examinamos nesta Comissão, não há qualquer restrição a fazer, razão pela qual somos favoravelmente à APROVAÇÃO do projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Sebastião Rodrigues Junior — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64-74 de autoria do Dep. Antônio Belinati, que dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 6.531, de 22 de abril de 1974. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 64-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º. O Artigo 1.º da Lei n.º 6531 de 22 de abril de 1974, passa a ter a seguinte redação: — "Art. 1.º: Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Metodista de Assistência Social de Curitiba — AMAS de Curitiba — com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de maio de 1974.

(a) Antônio Belinati

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 64-74

P A R E C E R

O desiderato do Projeto de Lei ora submetido à deliberação desta Comissão, é alterar o art. 1.º da Lei n.º 6.531, de 22 de abril de 1974, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Metodista de Assistência Social de Curitiba — AMAS de Curitiba — com sede e foro na cidade de Curitiba."

Verifica-se, pelo exposto, que a referida Lei foi publicada incorretamente, sendo corrigida pela nova redação ora apresentada.

Sem qualquer óbice que se possa antepor à tramitação normal do Projeto, opino pelo ACOELHIMENTO da medida pleiteada.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 14-8-74.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Paulo Camargo — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 91-74, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Religiosa Seicho-No-Ie do Brasil", com sede e foro na Capital do Estado de São Paulo. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 91-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Religiosa Seicho-No-Ie do Brasil", com sede central e foro na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1974.

(a) Jorge Sato

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Religiosa Seicho-No-Ie do Brasil, assim denominada, tem sua sede central e foro na cidade de São Paulo, à Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 1.266, tendo como finalidade obter a iluminação da humanidade, através da divulgação dos ensinamentos doutrinários da Seicho-No-Ie.

A Sociedade Religiosa Seicho-No-Ie do Brasil não tem finalidade lucrativa e é apolítica. Acha-se registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas competente e tem como organizações filiadas instituições Regionais, Sub-Regionais e Instituições locais.

Preenchendo todos os requisitos da Lei que regula a matéria, apresentamos o presente Projeto de Lei, esperando dos Ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação. Referida entidade já foi declarada de Utilidade Pública no âmbito municipal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 91-74

Autor: Deputado Jorge Sato.

1) — A entidade objeto deste Plano de Lei preenche os requisitos da Lei Estadual n.º 4.399, de 17 de agosto de 1961:

- a) constitui-se no país;
- b) tem personalidade jurídica;
- c) está em efetivo funcionamento há mais de um ano;
- d) os cargos de sua Diretoria não são remunerados.

2) — Assim sendo, nenhum impedimento existe para antepormos ao Projeto, o qual é legal e constitucional.

Nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 5 de agosto de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Erondy Silvério — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento, em nossa Capital, do Desembargador Adhemar Sigwalt. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do Sr. Arlindo Feloy, ocorrido na cidade de Goio-Êrê. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos da Lei nrs. 74 86, 108 e 110-74. — **Aprovado**.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando outra para amanhã, dia 12, quinta-feira, às 10,00 horas, com a

ORDEM DO DIA,

já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 8.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte (20) dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974), na Sala das Reuniões, às dezesseis e trinta (16,30) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Senhor Deputado Quêise C. Silva, e contando com as presenças dos Senhores Deputados Antônio Lopes Júnior, João C. Fadel, Gilberto Carvalho e Alvaro Dias.

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos:

PROJETO DE LEI N.º 63-74 — de autoria do Senhor Deputado Ovídio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo a integrar na rede de Ensino os Colégios Vidigal e São Lourenço, do Município de Cianorte, pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Relator: Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N.º 77-74 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Matelândia lotes urbanos das quadras 81, 67 e 68, destinados à construção de prédio para Agência de Rendas, Delegacia e Cadeia Pública, respectivamente, e dá outras providências. Relator: Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N.º 114-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 39-74, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 40 000,00 (quarenta mil cruzeiros), destinado a despesas referentes a "Contribuições e Previdência Social", do pessoal temporário do Departamento de Divulgação do Estado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição n.º 112-74 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, com intervenção de Órgãos que especifica, visando a execução do Programa Paranaense de Treinamento de Executivos. Relator: Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. — **Aprovado**.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) Quêise C. Silva — Presidente.

a) Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de setembro de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do Senhor Deputado Antônio Maciel.

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que foi relatado o

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22-74 — que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, com a intervenção da Universidade Federal do Paraná, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, da ACARPA — Associação de

Crédito e Assistência Rural do Paraná, visando a execução do Programa Paranaense de Treinamento de Executivos. Relator: Senhor Deputado Antônio Maciel. Parecer favorável. — **Aprovado**.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) Antônio Maciel — Presidente.

a) Marlene Couto de Cristo — Secretária.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 153ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 12 de Setembro de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Ivo Thomazoni.

As 9,30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Agnaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zannusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Quêise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — Antônio Costa — Gabriel Manoel — Iris Caldart — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Maurício Fruet — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli e Xenofonte Villanueva (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 149-74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 225-73, de autoria do Deputado Agnaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo incorporar ao Sistema Estadual do Ensino, o Grupo Escolar "Castro Alves", do Distrito de Tupãssi, Município de Assis Chateaubriand, Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto**.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 17, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 174-74.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 154ª Sessão Ordinária

Realizada em 12 de Setembro de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Erondy Silvério.

As 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Agnaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zannusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Quêise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Sebastião Rodrigues Júnior (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — Antônio Costa — Gabriel Manoel — Iris Caldart — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Maurício Fruet — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli e Xenofonte Villanueva (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

— De autoria do Senhor Deputado Marciano Baraniuk, solicitando Regime de Urgência para a Proposição n.º 174-74.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 144-74

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica incorporada ao vencimento dos membros do Tribunal de Justiça a gratificação especial a que se refere o artigo 44, da Lei Estadual n.º 2.704, de 30 de abril de 1929.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1974.

(a) Luiz Roberto Soares

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto pretende tornar mais expresso de Lei a incorporação ao vencimento da gratificação especial prevista na Lei Estadual n.º 2.704-29, artigo 44. Referida gratificação já vem, de fato, sendo paga desde o advento da Lei mencionada que a efetiva incorporação ora proposta não vem mais do que tornar direito, uma prática já consolidada pelos anos.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 74-74, que dá nova redação ao artigo 4.º da Lei n.º 54, de 22 de novembro de 1963. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 86-74, que objetiva introduzir alterações que especifica, no Quadro de Funcionários do Tribunal de Justiça do Estado. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 109-74, que dá nova redação ao art. 17, da Lei n.º 6.212, de 09-08-71. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 110-74, que visa isentar do pagamento das taxas estaduais e dos impostos a que se referem os incisos I e II, do artigo 23 da Constituição da República Federal do Brasil, a Empresa Itaipu. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para a Proposição n.º 174-74. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 31-74 e de Lei n.º 235-73.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 30-74 e de Lei n.º 264-73, 47-74, 64-74 e 91-74.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 69-74, 72-74, 113-74, 115-74 e 116-74.

Levanta-se a Sessão.